



STIU-DF

NOTÍCIAS

GERAL - Nº 20/2014 - 14 DE OUTUBRO DE 2014

URBANITÁRIOS EM DEFESA DO PROJETO POPULAR E DEMOCRÁTICO

O Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal – STIU/DF, ao lado da CUT/FNU, ao longo dos seus 30 anos, sempre esteve na vanguarda das lutas políticas em defesa da democracia, contra a ditadura civil/militar, e na construção de um país soberano, mais justo, igualitário, e principalmente em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as.

Uma de suas lutas mais importantes foi o enfrentamento contra o projeto neoliberal e privatista do PSDB, entre 1995 a 2002. Conseguimos evitar a privatização da Eletronorte (a UHE Tucuruí seria vendida ao preço mínimo de R\$ 3,8 Bi), numa batalha que travamos no Congresso Nacional, onde obtivemos o apoio suprapartidário das bancadas da Região Norte.

Ainda assim, o PSDB privatizou a geração da Eletrosul, vendeu diversas empresas públicas estratégicas, criminalizou os movimentos sindicais e sociais, e quebrou o país, tornando-o refém do FMI. Deixou como legado taxas recordes de desemprego, estagnação econômica e o apagão do setor elétrico brasileiro em 2001.

A eleição de Lula foi um divisor de águas para a sociedade e para o setor elétrico. Foi implantado um novo projeto popular e democrático baseado na distribuição de renda para os mais pobres, na defesa de direitos da classe trabalhadora, no pleno emprego, nos concursos públicos em vários níveis, na política de valorização do salário mínimo, quando conseguimos o aumento da renda dos/as trabalhadores/as e o retorno dos demitidos no governo Collor. No setor elétrico, o chamado Novo Modelo inseriu o planejamento de longo prazo, a modicidade tarifária, sob a coordenação do Governo, retirou as geradoras do Plano Nacional de Desestatização - PND.

Os/as trabalhadores/as urbanitários/as no setor elétrico puderam vivenciar outro momento, tendo acordos com ganho real, abono salarial e participação nos lucros e resultados. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira mais carente foi teve acesso à energia elétrica com o do Programa Luz para Todos, ao microcrédito, desoneração da cesta básica, IPI reduzido dos automóveis e eletrodomésticos.

A eleição da presidenta Dilma representou a continuidade do projeto popular e democrático. Com esta política de governo, foi possível enfrentar a maior crise econômica mundial desde a Grande Depressão de 1930, que levou aos países centrais (Estados Unidos, União Europeia, Japão, etc.) ao desemprego em massa e a uma recessão econômica sem precedentes, inclusive com redução de salários e direitos da classe trabalhadora.

No Brasil, Dilma implantou medidas para conter o arrocho salarial e a retirada de benefícios. Segundo o DIEESE, 93% dos acordos fechados em 2014 tiveram ganho real no primeiro semestre, apesar das críticas de inúmeros economistas.

Quanto à corrupção, tema recorrente desde o período colonial, do qual nenhum governo mostrou-se livre, não se pode negar que, a partir de 2003, foi muito mais exposta e combatida. Foi criado o Portal da Transparência, o Ministério Público e a Procuradoria Geral da União tiveram muito mais autonomia e a Controladoria Geral da União ganhou status de ministério. O número de varas da justiça saltou de 100 para 513 e o contingente da Polícia Federal foi ampliado. Ao contrário, nos governos do PSDB, federal ou locais (São Paulo e Minas Gerais), a Polícia Federal, o Ministério Público e Procuradoria Geral da República não atuavam, haja

vista os escândalos que não foram investigados, como os inúmeros casos da Privataria Tucana (notadamente a venda da Companhia Vale do Rio Doce e da Telebras), o mensalão do PSDB de Minas e o superfaturamento do Metrô de São Paulo. Um erro não justifica o outro, mas é lamentável que a grande mídia, nesta questão, tenha dois pesos e duas medidas.

Nesta disputa eleitoral, as conquistas fundamentais da sociedade, em especial da classe trabalhadora, encontram-se em risco. Os projetos políticos em disputa expõem a diversidade de interesses. Representante máximo do modelo neoliberal, o PSDB, defensor do Estado mínimo, já anunciou em seus programas que, para enfrentar a crise econômica, é preciso conter os salários, cortar direitos e privatizar. Aliás, essa sempre era a única e fácil medida adotada antes de Lula – conter a inflação pela restrição da demanda.

O STIU-DF não tem receio de afirmar que a reeleição da presidenta Dilma é a melhor opção para a sociedade como um todo, pois representa o avanço de um projeto popular e democrático que beneficia a maioria da população brasileira, com justiça social e distribuição de renda. Entretanto, não se furta em manter sua visão crítica e suas divergências pontuais, afirmando que são necessárias algumas correções de rumo, principalmente no que se refere à lei das concessões, o que poderá ser feito por meio de uma discussão, com a participação da sociedade e dos sindicatos, sobre o modelo do setor elétrico, no qual a Eletronorte e toda a Eletrobras tenham resgatada sua importância diante da economia brasileira e possam exercer, com liderança, seu papel estratégico para o desenvolvimento do país.

NEGOCIAÇÕES ENTRE 1995 E 2014

	ACT	IPCA	REAJUSTE	GANHO REAL
PSDB	1995/1996	24,21%	17,25%	-6,96%
	1996/1997	12,02%	3,27%	-8,75%
	1997/1998	5,21%	1,00%	-4,21%
	1998/1999	2,05%	0,00%	-2,05%
	1999/2000	7,49%	0,00%	-7,49%
	2000/2001	6,77%	3,00%	-3,77%
	2001/2002	6,61%	6,00%	-0,61%
	2002/2003	7,98%	6,00%	-1,98%
	8 ANOS	72,34%	36,52%	-35,82%
LULA / DILMA	2003/2004	4,87%	7,00%	2,13%
	2004/2005	5,26%	5,26%	0,00%
	2005/2006	8,07%	9,57%	1,50%
	2006/2007	4,63%	6,89%	2,26%
	2007/2008	3,00%	5,00%	2,00%
	2008/2009	5,04%	7,00%	1,96%
	2009/2010	5,53%	7,23%	1,70%
	2010/2011	5,26%	6,26%	1,00%
	2011/2012	6,51%	8,01%	1,50%
	2012/2013	5,10%	6,60%	1,50%
	2013/2014	6,49%	7,82%	1,25%
	2014/2015	6,28%	7,61%	1,25%
12 ANOS	66,04%	84,25%	18,21%	

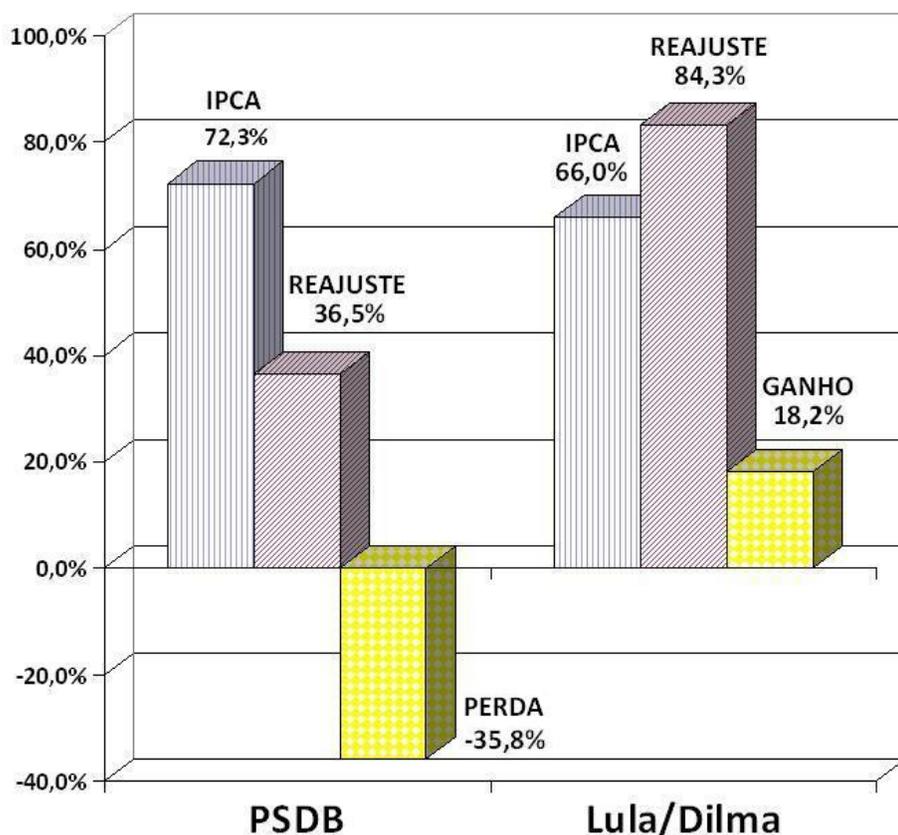
O QUE ESPERAR PARA O SETOR ELÉTRICO NOS PRÓXIMOS 4 ANOS?

Entrevista com Franklin Moreira, presidente da FNU.

“Os projetos que se enfrentam no 2º turno são projetos divergentes; enquanto um propõe a continuidade de um modelo híbrido, com a presença do Estado e do mercado na sua regulação, o outro defende apenas a política de mercado. A diferença parece pouca, mas olhando para o passado é possível notar as diferenças. Na década de 90 lutávamos para manter os direitos que já tínhamos e nada mais. A partir de 2003, inicia-se uma trajetória de valorização da classe trabalhadora eletricitária.”

“O Lula parou com isso (privatizações) e a Dilma teve um papel importante na resolução da crise de 2001. Ao ser ministra, ela se capacitou. Por defender um modelo híbrido, conseguimos alguma mudança. Mas a evolução parou e precisa avançar. Espero que ela ganhe para que a gente possa disputar o governo, sabendo que ainda assim outros setores estarão disputando também, mas que ao menos teremos algum espaço para discutir nossa agenda.”

COMPARAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS DO GRUPO ELETROBRAS



“É necessário, nesse próximo período, fortalecer o papel das empresas estatais, aumentar a participação da categoria nas discussões do setor elétrico, assim como dialogar melhor com os atingidos por barragens. A continuidade da universalização da energia elétrica também precisa continuar com o Programa Luz para Todos.”

“Foi vitoriosa a atuação da FNU, como parte integrante da Plataforma Operária e Camponesa de Energia, a renovação das concessões. No entanto, é preciso rever os impactos da MP 579, pois apresentamos emendas para modificar alguns itens, mas não fomos ouvidos. A lição que fica é a melhoria do diálogo com os trabalhadores, a Dilma sendo eleita.”

“Temos muitos desafios pela frente. Resgatar o papel estratégico das empresas estatais e a valorização da classe trabalhadora. Queremos continuar garantindo energia de qualidade ao Brasil, com reconhecimento da categoria eletricitária. Seguir na linha do ganho real, abono salarial e PLR. Esperamos poder continuar nesse caminho.”

Quem não aprende com a história, condena-se a errar seguidamente.